

**NA TRAJETÓRIA DA INTERSECCIONALIDADE E GÊNERO:
Relações para a Educação em Ciências e Saúde por Intelectuais Negras**

**IN THE TRAJECTORY OF INTERSECTIONALITY AND GENDER:
Relations for Science and Health Education by Black Intellectuals**

**EN LA TRAYECTORIA DE INTERSECCIONALIDAD Y GÉNERO:
Relaciones para la educación científica y sanitaria por Intelectuales Negros**

Gabriella da Silva Mendes

Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES/UFRJ

gabiufjr1@gmail.com

Recebido em: 27/12/2021

Aceito para publicação: 04/04/2022

Resumo

Nos estudos de Educação em Ciências e Saúde, percebemos vários temas que se relacionam ao Ensino de Ciências, fazendo com que estes se integrem principalmente às discussões sociais necessárias que podem ser utilizados como ferramentas de análise em pesquisas na área. Dentro de perspectivas integradoras para a Educação, pensar em relações e suas especificidades faz com que haja uma “lente de aumento”, para todas essas pesquisas da área, principalmente se pensarmos em possibilidades de contribuição. Pensando nestas ações articuladoras, o presente trabalho teve por objetivo realizar uma discussão trazendo determinadas questões acerca da trajetória da interseccionalidade e gênero, focando nas relações da educação com os campos de ciência e saúde, frente a urgência de debater suas correlações para compreensão de pesquisas com a temática. Ancorando-se principalmente em estudos de intelectuais negras, percebemos como essas autoras, analisam e nos ajudam a refletir sob o ponto de vista metodológico-teórico, sobre a perspectiva de trajetória da interseccionalidade e gênero. Para tanto, o que justifica e releva o presente estudo, incide precisamente no fato de se poder investigar e discutir acerca da probabilidade da construção de produção do conhecimento contrahegemônico na batalha contra o racismo intelectual institucional, bem como das desigualdades sociorraciais na área de educação em ciências humanas. Conclui-se que a temática étnico-racial vem localizando maior recinto na produção científica nacional, especialmente nas ciências humanas.

Palavras-Chave: Interseccionalidade; Gênero; Intelectuais Negras.

Abstract

In the studies of Science and Health Education, we notice several themes that are related to Science Teaching, making these to be mainly integrated into the necessary social discussions that can be used as analytical tools in research in the area. Within integrative perspectives for Education, thinking about relationships and their specificities makes for a “magnifying glass” for all this research in the area, especially if we think about possibilities of contribution. Thinking about these articulating actions, this work aimed to carry out a discussion bringing certain questions about the trajectory of intersectionality and gender, focusing on the relations of education with the fields of science and health, given the urgency of debating their correlations for understanding research with the theme. Based mainly on studies of black intellectuals, we see how these authors analyze and help us to reflect from a methodological-theoretical point of view, on the perspective of the trajectory of intersectionality and gender. Therefore, what justifies and highlights the present study, focuses precisely on the fact that it is possible to investigate and discuss the probability of building counter-hegemonic knowledge production in the battle against institutional intellectual racism, as well as socio-racial inequalities in the area of education in human sciences. It is concluded that the ethnic-racial theme is finding more space in the national scientific production, especially in the human sciences.

Key words: Intersectionality; Gender; Black Intellectuals.

Resumen

En los estudios de Ciencia y Educación para la Salud, notamos varios temas que se relacionan con la Enseñanza de las Ciencias, por lo que estos se integran principalmente en las discusiones sociales necesarias que pueden ser utilizadas como herramientas analíticas en la investigación en el área. Dentro de las perspectivas integradoras para la Educación, pensar en las relaciones y sus especificidades constituye una “lupa” para toda esta investigación en el área, especialmente si pensamos en las posibilidades de contribución. Pensando en estas acciones articuladoras, este estudio tuvo como objetivo realizar una discusión que planteara ciertas interrogantes sobre la trayectoria de la interseccionalidad y el género, enfocando la relación de la educación con los campos de la ciencia y la salud, dada la urgencia de debatir sus correlaciones para entender la investigación con el tema. Basados principalmente en estudios de intelectuales negros, vemos cómo estos autores analizan y nos ayudan a reflexionar desde un punto de vista metodológico-teórico, en la perspectiva de la trayectoria de la interseccionalidad y el género. Para tanto, o que justifica e releva o presente estudo, incide precisamente no fato de se poder investigar e discutir acerca da probabilidade da construção de produção do conhecimento contrahegemônico na batalha contra o racismo intelectual institucional, bem como das desigualdades sociorraciais na área de educação em Ciências Humanas. Se concluye que el tema étnico-racial está ganando espacio en la producción científica nacional, especialmente en las ciencias humanas.

Palabras clave: Interseccionalidad; Género; Intelectuales negros.

Introdução

O termo interseccionalidade permite-nos compreender melhor as desigualdades que existem na sociedade e a sobreposição de opressão e discriminação. A consideração das relações sociais de: raça, gênero e classe, bem como os desafios da adoção de políticas públicas eficazes, podem ser considerada uma importante ferramenta analítica.

A interseccionalidade é considerada uma categoria teórica que enfoca vários sistemas opressores, especialmente pessoas que expressam raça, gênero e classe. Nas palavras de Akotirine (2018):

[...] demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (AKOTIRINE, 2018, p.14).

Pensando nesta proposta, e a área de inserção de minha pesquisa, vejo como fundamental a sua abordagem, bem como a relevância no campo da Educação em Ciências e Saúde, uma vez que Akotirene (2018), expressa o conceito da interseccionalidade se constituindo enquanto ferramenta crítico-política e teórica que “visa dar instrumentalidade teórica-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-hetero-patriarcado”.

A interseccionalidade permite uma maior compreensão acerca das desigualdades raciais existentes, e um debate profundo das desigualdades persistentes na temática de gênero, além de uma discussão para as políticas públicas existentes:

[...] racismo, capitalismo e hetero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica. A interseccionalidade, instrumentaliza os movimentos antirracistas,

feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras. Podemos considerar assim, uma categoria analítica relevante para pensarmos a questão racial no Brasil e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes. (AKOTIRINE, 2018, pp.56-57).

Desta forma, observamos a interseccionalidade como uma lente analítica da interação estrutural em sua influência política e social. A interseccionalidade nos mostra como e quando principalmente, as mulheres negras são discriminadas e estão mais próximas ao caminho da identidade, o que tornará as mulheres negras vulneráveis a choques com estruturas e tendências modernas. De acordo com a posição social do gênero, a experiência de gênero também é diferente, pois, a situação das mulheres, principalmente das mulheres negras e das camadas populares, enfrenta outros desafios na obtenção de direitos.

Akotirene (2018) aponta também uma crítica ao conceito de interseccionalidade, ao refletir:

A intersecção pode nos ajudar a ver a sensação de opressão, lutar contra ela e perceber que uma certa sensação de opressão será mais dolorosa. Às vezes oprimimos, mas, às vezes somos opressores. (AKOTIRINE, 2018, p.92).

Ao pensarmos na temática da área de ensino em ciências, observamos que vale aqui dizer que, ser uma mulher negra – com um sonho de se tornar uma cientista – não se trata de uma tarefa simples. Dentro de um contexto histórico, o Brasil foi edificado e estruturado escorado em um regime escravocrata, com intensas relações com o sistema capitalista, que logo, construiu uma argileira racial atribuída a toda comunidade negra. A compleição de um grupo de pesquisadores(as) e negro(as) no campo acadêmico nacional trata-se de um fato relativamente atual, e vem sendo tema de algumas reflexões ainda elementares acerca de tal temática.

Assim, diante deste panorama de desigualdade, as mulheres negras tiveram suas experiências assinaladas pela supressão dos ambientes de poder, políticos e acadêmicos. Sua falta pode ser espontaneamente evidenciada com uma breve pesquisa na *Internet* sobre empregos e cargos com mulheres em ciências humanas para então analisar quantos resultados pode-se ter de mulheres negras nesses ambientes.

Portanto, analisa-se que a trajetória das mulheres negras se encontra frequentemente assinalada por empecilhos que o racismo estabelece. A primeira delas, se encontra conexa com desigualdades de oportunidades referente a qualquer grupo característico em razão de sua cor.

Todavia, embora a ampla e visível desigualdade de oportunidades, bem como os números ainda baixos sobre o progresso da compleição de mulheres negras no campo das ciências humanas, trabalha-se ainda com um outro fato: o desprezo pelas pesquisadoras, suas

histórias e suas conquistas. Assim, além de assinalar questões estruturais que agem na limitação das mulheres negras neste campo, torna-se imperativo ressaltar que, embora a existência do racismo institucional, as mulheres alcançaram o estabelecimento de suas carreiras acadêmicas.

No campo acadêmico, pode-se ressaltar que as mulheres negras advieram então a ocupar ambientes de fala. Os escritos de Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo e Carolina de Jesus conjecturam sobre como o racismo atua em distintos segmentos, podendo assim ser visto como uma questão estrutural, concernente à sociedade brasileira de um modo geral. Com essas autoras, pode-se pensar sob o ponto de vista com relação a trajetória da interseccionalidade e gênero.

Todavia, observa-se que, embora demorada e atual o recebimento de estudos das mulheres negras nas universidades do país, eles vêm conseguindo maior reverberação acadêmica, advindo então a serem importantes para que haja maior compreensão dos ambientes de existência delas e da população brasileira.

Portanto, o presente estudo teve por objetivo realizar uma discussão trazendo determinadas questões acerca da trajetória da interseccionalidade e gênero, focando nas relações da educação com os campos de ciência e saúde, frente a urgência de uma geração de pesquisadores negros(as) nas universidades brasileiras.

Para tanto, o que justifica e releva o presente estudo, incide precisamente no fato de se poder investigar e discutir acerca da probabilidade da construção de produção do conhecimento contrahegemônico na batalha contra o racismo institucional, bem como das desigualdades sociorraciais na área de educação em ciências humanas.

Decolonialidade e a Intelectualidade Negra

Frente a uma asseveração do universalismo real, ou da pluriversalidade, um dos princípios fundamentais é a asseveração da geopolítica e da corpo-política do conhecimento, ou seja, a afirmativa do espaço de fala, assim como das experiências vividas dos indivíduos do conhecimento (AKOTIRENE, 2018).

Neste contexto, a afirmação do corpo e da geopolítica do conhecimento retribui a asseveração da individualidade, da humanidade daqueles que discorrem inicialmente do lado mais tenebroso da contemporaneidade. Esta trata-se de uma estratégia essencial contra a colonialidade do conhecimento, bem como a colonialidade do ser (DAVIS, 2016).

Com isto, caso no campo da matriz do poder moderno/colonial, a desqualificação epistemológica se componha em um mecanismo de negativa ontológica, o oposto igualmente

se mostra certo, portanto, a afirmativa ontológica, através da geopolítica e corpo-política do conhecimento, advém a ser um elemento central para a afirmativa epistemológica.

Assim, frente a esta imperativa necessidade de se construir um universalismo concreto – ou uma pluriversalidade –, considera-se de suma importância trazer aqui as contribuições de intelectuais negros brasileiros para o centro das teorizações decoloniais. Apesar de a escravização da população negra ser tão acentuada quanto a sujeição da população indígena na compleição da colonialidade do poder, do ser e do conhecimento, suas teorizações se centralizam mais nas experiências dos povos indígenas (SHALHOUB; PINTO, 2016).

Na atualidade, observa-se um maior número de publicações, além de maior visibilidade de mulheres brasileiras negras, tanto na vida política como na vida acadêmica. Este progresso, deve-se muito em razão da pressão dos movimentos sociais, bem como as ações de afirmação.

Aqui, avulta-se trabalhos das mulheres negras na década de 1980, como de Lélia Gonzalez, que com sua militância em defesa dos direitos da mulher negra, ajudou as mulheres da atualidade. Com isto, muita coisa foi alterada, entretanto, muita coisa ainda precisa mudar, pois a batalha permanece e é cansativa, porém, imprescindível.

Evaristo (2016, p. 105) resume o trabalho de algumas das mais importantes militantes do movimento feminista negro do país. “Mulheres que noticiam em suas obras o que suas predecessoras e elas mesmas viveram na pele: o racismo e a opressão machista”. A herança delas jamais esteve tão manifesta, entretanto, mesmo assim, ainda é muito pouco; cada dia mais, elas necessitam se tornar referência para demais mulheres que procuram viver dentro de uma sociedade igualitária.

Tem-se que a mulher negra é ainda atualmente penalizada com os resíduos do transcorrer da história de escravidão no Brasil. Segundo as estatísticas, são as mulheres que ganham menos, possuem menos oportunidades, e são as que morrem mais cedo. Conforme um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2018, mulheres pretas e pardas ganham em média menos da metade do salário de um homem branco, e elas ainda se conservam na base da pirâmide que confirma os níveis de desigualdade de renda no Brasil (BRASIL, 2018).

Sendo assim, entende-se que falar sobre quem se insurgiu contra e expôs o sistema opressor, ainda é necessário. Para tanto, traz-se aqui novamente os dizeres de Evaristo (2016, p. 106), que ressalta que falar acerca dos eixos estruturantes das sociedades, como são o

machismo e o racismo no Brasil, “não se trata de uma tarefa simples. Nenhum tipo de conquista foi dado, sempre foi uma batalha”.

Assim, dentro de uma sociedade que ainda conserva elevados índices de desigualdade entre homens e mulheres, e entre pretos e brancos, apareceram mulheres que, mesmo frente a desventura, aproveitaram o cotidiano tormentoso para despontar uma nova maneira de enfrentar a realidade. Portanto, inicialmente de ações políticas e/ou culturais, elas falaram de forma aberta sobre o sofrimento que viram e assinalaram direções para a transformação.

Torna-se importante agora articular demais circunstâncias de exclusão ligadas ao racismo. Precisa-se induzir o tratamento de gênero para o movimento negro, o que antes não era tratado, e levar também este tratamento para dentro do movimento feminista, o que igualmente não era tratado. Pois infelizmente, o racismo continua, ele somente se adequou às novas configurações sociais.

De acordo com Pereira (2016, p. 74), “o que alterou, é que cada vez mais as mulheres negras estão se conscientizando de que se pode ir além deste lugar de exclusão”. Contra toda a adversidade, “mulheres negras vêm galgando demais postos dentro de uma estrutura de poder, gerando assim relativas mudanças”.

Tais mudanças se mostram ainda bem acanhadas, sendo também limitadas e, em determinados casos, são até singulares. Entretanto, tratam-se de probabilidades outras que não se obteve ainda. Nesse contexto, surgem as ações afirmativas, que alcançaram um acesso de indivíduos negros na universidade e igualmente ao mercado de trabalho, o que de fato ocasionou alterações expressivas, porém, a estrutura permanece racista.

Conforme Davis (2016, p. 59), “do mesmo modo em que se progrediu, também se nota barreiras impostas pelo racismo”. Portanto, torna-se necessário ter ciência das mazelas da sociedade do país para que se consiga descobrir soluções efetivas para dias melhores. Além do mais, é necessário reconhecer o racismo estrutural dentro da sociedade, para então progredir.

De tal modo, existiram – e ainda existem – ações insurrecionadas dentro e fora do ambiente educacional. Tais ações são comprometidas com a formação e com o reconhecimento da comunidade afro-brasileira, que estas mulheres tanto cooperaram e ainda cooperam de forma especial, visando assim uma maior equidade sociorracial no Brasil.

No campo das ciências sociais, prevalece até hoje um tipo de predomínio na produção de sentidos e saberes frente a diáspora africana, que vem colaborando para a conservação de uma causa colonial que gera falas, enquadramentos teóricos e fundamentos ideológicos, e que,

por sua vez, convêm para conservar incólumes as estruturas do racismo, bem como da subalternização dos negros(a) (CARDOSO, 2014).

Neste contexto, observa-se que poucos foram os(as) intelectuais negros(as) que, ao seu tempo, alcançaram um rompimento com o racismo que organiza a vida social do Brasil e gerar interpretações e críticas da realidade social brasileira e internacional, possuindo como guia um aspecto afrocentrado.

Com a leitura da obra de Lélia Gonzalez, por exemplo, torna-se possível realizar uma crítica embasada acerca da inclusão do negro dentro da sociedade colonial de capitalismo dependente, arguindo e desconstruindo a falsa ideia de democracia racial, tudo isto com uma crítica incisiva da estrutura de composição do pensamento colonial eurocêntrico (GONZALEZ, 2011).

De acordo com Gonzalez (1988, p. 40), tem-se que “a singularidade das experiências históricas se trata de uma proeminência” e, assim sendo, torna-se necessário, para que seja possível pensar inicialmente das próprias composições, já que “é admissível extrair de cada experiência seus preceitos característicos de inteligibilidade”.

Aqui, trabalha-se uma ideia de “amefricanidade”, que se trata de sujeito de uma conjuntura de produção política e teórica do contexto africano, bem como da sua diáspora frente a um período histórico essencial para a descolonização e enfrentamento do racismo (CRENSHAW, 2012).

De acordo com Collins (2017, p. 33), a ideia de González traz uma proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento e, frente a isto, “pode-se discutir o carecimento das categorias analíticas das ciências sociais para então explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras”.

Frente a isto, segundo Gonzalez (1984, p. 25), enquanto uma mulher negra, sente-se a necessidade de se aprofundar na reflexão, “ao oposto de se prosseguir com a repetição e reprodução dos padrões que eram dados pelo esforço de investigação das ciências sociais”. Os textos apenas tratavam da mulher negra com um ponto de vista socioeconômico que esclarecia um conjunto de problemas alvitados pelas relações raciais.

Sendo assim, acredita-se que a valorização, bem como o resgate de saberes lançados pelas mulheres negras concebe, por si somente, uma ação de caráter político de descolonização do saber, ao grau em que se reconfigura a orientação do vetor da percepção ocidental de Mundo

para as compreensões filosóficas das sociedades africanas excluídas do denominado “conhecimento hegemônico”.

O Protagonismo da Mulher Negra na Educação

Nas últimas duas décadas, tem-se notado um crescimento expressivo de pesquisas que buscam mapear e debater segmentos da produção acadêmica e científica do Brasil. Frente a isto, concretizam-se inventários de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos publicados em periódicos e anais de congressos, com vistas a assinalar sob quais perspectivas algumas temáticas são discutidas e quais abordagens são considerados nos mais variados campos da educação.

De acordo com Pereira (2016, p. 75), a utilização desta metodologia de pesquisa “demanda a delimitação de um recorte temporal, bem como a definição de quais fontes precisam ser consultadas, visando assim oferecer maior confiabilidade ao trabalho”. Segundo Akotirene (2018, p. 163), a importância destas pesquisas se encontra no fato de promover:

Situações para que uma maior quantidade de pesquisadores interessados em assuntos afins constitua um contato inicial, readquiram um verificado trabalho, permitindo assim a circulação e intercâmbio entre a produção arquitetada e aquela a construir. Os catálogos admitem o rastreamento do já construído, guiam o leitor na pesquisa bibliográfica de produção de um verificado campo.

Assim, acredita-se que seja essencial mapear pesquisas acadêmicas realizadas por mulheres negras. Gonzalez (1984, p. 63), por exemplo, afirma que se vive “dentro de uma conjuntura a qual as mulheres negras ainda são ligadas aos trabalhos manuais, aos serviços de cuidado e igualmente às práticas sexuais extraconjugais”. No imaginário social deste país, “tem-se o pensamento de que se vive em um Mundo excepcional e tão-somente para servir e limpar a sujeira dos outros de forma abjurada e resiliente”.

Portanto, acredita-se que, ao demonstrar a produção intelectual de autoras negras, colabora-se, mesmo que de modo tímido, para a desconstrução de estereótipos que desumanizam e desqualificam. Entende-se que participar do procedimento de divulgação destas pesquisas acaba sendo não somente uma cooperação teórica, entretanto, igualmente, uma ação política que propende à equidade e à Justiça Social.

Evaristo (2016, p. 80) exhibe um terceiro elemento concernente à atribuição da reunião e divulgação de trabalhos acadêmicos desenvolvidos por intelectuais negras: “as produções científicas igualmente são essenciais na trajetória de visibilidade da atuação das mulheres negras no país”. Assim, representam a inclusão do assunto como proeminente para a produção acadêmica, e um objeto de estudo que unifica os desafios da educação brasileira.

Observa-se que as falas das autoras supracitadas assinalam para a necessidade da inclusão dos pontos de vistas das mulheres negras no campo acadêmico, que, aparentemente, aparecem como uma probabilidade de democratização do conhecimento e constituição de novas epistemologias.

Deste modo, elaboradas inicialmente da experiência de incumbir a um estrato social largamente subjugado, as pesquisas realizadas por docentes universitárias negras, como Conceição Evaristo, veem-se perante dois desafios: estabelecer-se dentro de um ambiente assinalado pela preeminência eurocêntrica, cujos teóricos, valores e princípios ainda se mostram majoritariamente brancos, como igualmente protagonizar estudos empenhados com a inclusão social e racial das pessoas negras.

De acordo com Shalhoub e Pinto (2016, p. 90), “o trabalho das acadêmicas negras no ambiente acadêmico pode ser visto e compreendido como um tipo de projeto que propende o acordo com a emancipação do grupo de origem”, porém, que também “dá uma chance de localização de dessemelhantes tipos produzidos na violência colonial/patriarcal”.

Assim sendo, pode ser igualmente uma estratégia a ser seguida pelo segmento que desfruta, em certo sentido, de ambientes aos quais suas narrativas vêm adentrando, mesmo que por fendas, transformadas em atalhos possíveis. Dito isto, observa-se nos trabalhos de acadêmicas negras uma forma de perceber o quão essencial têm sido os referenciais teóricos por elas produzidos para a ampliação da comunidade negra.

A universidade trata-se de um ambiente no qual se valida o conhecimento gerado dentro de uma certa sociedade. Assim, é este ambiente quem corrobora a cientificidade dos estudos e pesquisas elaboradas entre os seus muros e para além deles. Igualmente, sendo um espaço de batalha política pela dominação científica, observa-se que as acadêmicas negras ainda estão em desvantagem em razão de ainda serem minoria, como igualmente por conta de suas produções estarem situadas fora do padrão acadêmico, que segundo Pereira (2016, p. 76), possui como finalidade:

Garantir o perpetuamento da ordem científica constituída com a qual condescendem. Esta ordem não se diminui à um tipo de ‘ciência oficial’. Esta ordem conglobera igualmente o grupo das instituições designadas de garantir a produção e a movimentação dos produtores (ou reprodutores) e consumidores destes bens. Além das instâncias nomeadamente encarregadas da consagração (academias, prêmios etc.).

Sendo assim, ao entrarem neste ambiente como docentes, estas mulheres advêm a compor um ambiente acelerado no mantimento das hierarquias que assinalam a sociedade do país. Neste contexto, afrontam o “monopólio científico”, ainda dominado – em boa parte – por

intelectuais brancos do sexo masculino, o que faz dessas mulheres vozes insurgentes contra o elitismo acadêmico, bem como contra todas as maneiras de opressão que incidem sobre os grupos de origem negra.

No momento em que se pontua o espaço acadêmico como um ambiente ao qual se possui o poder de legitimar os saberes, não se projeta afastar ou atenuar o valor das diferentes maneiras de conhecimento organizadas em demais ambientes e segmentos. Procura-se aqui demonstrar a significação da compleição de corpos negros femininos nas ciências humanas.

Diversos assuntos acadêmicos surgem fora dos muros acadêmicos ou ganham cercanias caracterizadas quando elaborados por indivíduos inteiramente envolvidos com o assunto referente a gênero debatido por mulheres, raça pensada por negras(os) etc. Assim, é nesta conjuntura que acontece o (re)aparecimento do quilombo. Para os movimentos negros de diversos períodos do século XX, o quilombo tratava-se de um dos grandes assuntos: envolvia a ação política, a pesquisa acadêmica e as atividades artísticas (NASCIMENTO, 1977).

Nascimento (1977, p. 58) incorpora a reflexão sobre a territorialidade com corporeidade. Para a autora, “o corpo negro se compõe e se redefine na experiência da diáspora e na transmigração”. Nisto, observa-se que a autora busca ponderar sobre sua própria imagem, “da perda da imagem que abrangia africanas(os) escravizados(as) e descendentes em diáspora”.

Portanto, entende-se que o corpo negro pode ser aquele que busca e constrói ambientes de referência transitórios (o baile de música *black*, a escola de samba) ou duradouros (o quilombo). Neste Contexto, Maria Beatriz Nascimento escreveu sobre a circunstância das mulheres negras no Brasil, de sua condição social inferior em razão do conjunto terrível de legados escravistas com estruturas racistas (NASCIMENTO, 1977).

Sabe-se que a identidade se trata de algo construído e também afirmado ou negado na convivência dentro de uma sociedade, por meio de experiências variadas como leituras, vivências, músicas ouvidas e demais maneiras de influência mútua dentro e fora do espaço acadêmico. Assim, ao pensar acerca dos aspectos educacionais inclusos na obra de Carolina de Jesus, avulta-se a crítica social; as reflexões acerca da fome no país; as reflexões sobre a organização espacial e social da cidade; o anseio pelos livros e pela leitura (JESUS, 2005).

Segundo Jesus (2005, p. 99), entende-se a construção de uma identidade como um procedimento educacional, uma construção social, histórica, cultural e plural que ocorre gradualmente. E, em se tratando da identidade de mulheres negras, tal procedimento se dá de forma bem mais extensa.

Jesus (2005, p, 100) complementa falando que este procedimento acima “implica numa construção de uma visão de um grupo étnico/racial ou de indivíduos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si próprios, inicialmente da relação com o outro”.

Sendo assim, nota-se o valor da existência de representatividade da mulher negra nos mais variados espaços sociais, para então propender uma construção e afirmação desta identidade. Portanto, analisando aqui as autoras citadas, essas enquanto mulheres negras, periféricas, escritoras e conscientes do espaço social inseridas, apresentam por meio de seus trabalhos que a mulher necessita possui autonomia e força para se conservar na luta.

Portanto, compreende-se que a quase não existência de negros(as) nas ciências sociais, notadamente na condição de pesquisadores, corrobora com a dialética cruel da exclusão social do sistema educativo do Brasil, esta apontada pelos movimentos e autores(as) negros. Por fim, observa-se uma perspectiva de renovação teórica e elaboração de propostas de inclusão étnico-racial beneficiada pela crise de representação a qual se vive.

Gênero como Perspectiva Interseccional

Cardoso (2014, p.978) embasado na linha de pensamento de Collins (2000) ainda cita que:

As mulheres em sua totalidade são representadas por imagens estereotipadas, porém de formas diferentes. As imagens de controle são criadas para justificar a exploração econômica e garantir a subordinação das mulheres negras, mas, também, para assegurar a manutenção das opressões de gênero e regular a sexualidade das mulheres, sejam negras ou brancas.

De acordo com esta citação pode-se notar a forte existência da interseccionalidade e da diferença de gênero na sociedade atual, esta existência apresenta raízes antigas, desde os tempos da colonização e atualmente ainda existe, mesmo que de maneira implícita. Ainda dentro deste contexto, Cardoso (2014, p.966) menciona que:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações.

Baseado nessa citação pode-se afirmar que existe uma necessidade de a mulher, particularmente negra, construir sua identidade, tanto em termos de suas origens (país e idioma, por exemplo) como em termos de gênero, de modo a ter o seu posicionamento na atual sociedade. Nota-se que mulheres, de uma maneira geral ainda sofrem uma série de preconceitos e desigualdades, principalmente no mercado de trabalho.

A construção da identidade envolve a quebra de paradigmas impostos pela sociedade, de modo que, a mulher particularmente a mulher negra, indígena e latina crie a sua identidade, desde aspectos linguísticos, posicionamento na sociedade a questões de igualdade e equidade e, dentro dos aspectos linguísticos, conforme expõe Cardoso (2014, p.966) na linha de pensamento de Lélia Gonzalez, tem-se que se deve confrontar o paradigma dominante, propondo uma linguagem que inclua as origens africanas, latinas e indígenas, Cardoso (2014, p.966) embasado em Lélia González afirma que se deve recorrer a:

uma linguagem considerada fora do modelo estabelecido para a produção textual acadêmica, ou seja, sem obediência às exigências e às regras da gramática normativa, mas que, no entanto, reflete o legado linguístico de culturas escravizadas. Assim, a autora, por vezes, mistura, enreda o português com elementos linguísticos africanos, em uma tentativa política de evidenciar o preconceito racial existente na própria definição da língua materna brasileira. (CARDOSO, 2014, p.966).

Dentro das questões de igualdade e equidade da mulher ainda existem muitas barreiras a serem enfrentadas, principalmente no atual mercado de trabalho. E conforme afirma Oliveira & Oliveira (2019, p.18) tem-se que:

Os desafios encontrados pelas mulheres, quando se trata de desenvolvimento profissional, e a desigualdade entre os homens e mulheres, é algo que acontece, pode-se dizer, desde sempre. Essas são questões oriundas de crenças limitadas, que passam de geração para geração. São muitas as dificuldades que a Mulher passa para se “equilibrar” no meio profissional, mas, uma das que mais a afetam é a necessidade de conciliar responsabilidade profissional com o papel de mãe e esposa em seu ambiente familiar.

Logo estudos dentro desta temática se tornam essenciais na luta pela valorização da mulher e dentro do contexto da diferença de cor e etnia esta luta torna-se ainda maior, pois a discriminação oculta ainda se faz presente.

As mulheres negras e indígenas enfrentam duas questões a discriminação de gênero e a racial, logo estudos realizados nessa temática tem por objetivo conscientizá-la e direcioná-las para buscarem independência e construção da identidade. O cenário que se tem atualmente foi construído desde a colonização, pois nota-se de eventos históricos que as relações entre os indivíduos são separadas em termos de classe, gênero e raça distribuindo de forma diferente os benefícios, atribuindo maior segurança, prestígio e oportunidades para determinados grupos.

Mulheres, principalmente mulheres negras, estão na luta para conquistarem direitos iguais, mediante a isto, trabalhos estão sendo desenvolvidos de modo a discutir tais enfrentamentos, segundo Mendes e Milani (2016) o gênero foi algo imposto pela civilização, no qual desde então se adota um valor menor a mulher se comparado ao homem, a reivindicação das mulheres ao direito à cidadania política, à cidadania do mundo e do trabalho, mas ainda no atual cenário comprava-se a existência de salários menores associados ao mesmo cargo,

fazendo a distinção de gênero, segundo os autores, ainda tem-se que mesmo a mulher sendo também provedora do lar, ela ainda não se libertou das amarras domésticas e passou a exercer uma dupla jornada no trabalho e em casa. O desafio das mulheres negras é ainda maior, pois há a questão da discriminação racial e da questão de estereótipos enfrentados por elas, conforme aponta estudos, como os de Lélia Gonzalez.

Gonzalez (1984) inicia-se o seu artigo por meio de uma epígrafe que ressalta a questão do dominador *versus* o dominado onde discute a interseccionalidade e da diferença de gênero, a autora se refere a questões de discriminação racial (racismo) e sexismo que segundo a autora produz efeitos negativos e violentos na mulher, principalmente a mulher negra. Ainda dentro do contexto de seu trabalho tem-se que autora faz associações, por meio de exemplos, como a imagem desta mulher no carnaval e a imagem dela no cotidiano, em relação ao estereótipo da mulher negra, pois em ambos os casos tem-se a referida democracia racial oculta.

Pereira e Silva (2017) realizaram um estudo sobre a relação do estereótipo racial e de gênero: a atuação da mulher negra no mercado de trabalho contábil, de modo a investigar a existência de traços de atitudes discriminatórias para profissionais com etnia/raça ou gêneros diferentes, sendo que para a pesquisa de campo realizada pelos autores não comprovaram grandes disparidades na investigação realizada. De acordo com isto, pode-se afirmar que a existências destas pesquisas são embasadas na atual sociedade, sendo ainda possível notar traços de discriminabilidade para com as mulheres negras.

Baseado no contexto abordado pode-se afirmar que Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins, além de outros pesquisadores, contribuíram de maneira essencial e positiva sobre as questões de interseccionalidade e sexismo, podendo-se mencionar também a questão da diferença de classe social, visto que o preconceito é ainda maior em classes consideradas pela sociedade como baixas. Tais questões estão enraizadas na sociedade atual, mesmo que de maneira oculta e os estudos e linhas de pensamentos apresentadas pelas autoras vêm a propor medidas para enfrentar estes desafios, abordando como soluções, a desconstrução de conceitos e paradigmas impostos pela sociedade para com a mulher, principalmente a mulher negra, latina e indígena, logo se faz necessário formular novas definições e conceitos, de modo a quebrar estes paradigmas e ainda exigindo medidas a serem tomadas pela sociedade, no caso, governantes, como por exemplos, a aplicação de políticas públicas em prol desta causa.

Para os autores Rios e da Silva (2015, p.15) tem-se que a discriminação é um fenômeno complexo “[...] não basta reprovar a discriminação racial e a sexual, pois a injustiça sofrida por

mulheres brancas é diversa daquela vivida por mulheres negras, assim como a discriminação”. E ainda ressaltam, baseado em Vigoya (2010a) que: “ a inserção das questões de raça e classe ampliou a compreensão sobre opressões de gênero, constituindo um marco crítico sobre a pauta teórica e política do movimento feminista”.

Ainda pode-se observar que o trabalho de Rios e da Silva (2015, p.15) teve grande importância para a temática onde afirmaram que há escassez normativa nos sistemas de proteção dos direitos humanos e a abordagem incipiente da discriminação interseccional.

Importância para a Educação em Ciências e Saúde

Os trabalhos de Patricia Hill Collins aborda a questão da interseccionalidade e do feminismo negro, de modo a buscar respostas sobre o porquê do pensamento das mulheres negras ser desvalorizado pela academia e esta desvalorização faz com que estas mulheres se distanciem das posições de determinados cargos, como em instituições de ensino superior. A autora, por ser docente e ter ampla experiência na área aborda a questão da posição das mulheres negras nas universidades. A explicação do distanciamento das mulheres negras de cargos acadêmicos estaria relacionada as ideias das mulheres negras não estarem totalmente enquadradas na sociedade acadêmica branca, pois a autora afirma que deve haver um elevado senso de auto-definição e compartilhamento entre mulheres negras dentro da academia, de modo a se ter um fortalecimento entre elas.

Collins (2017, p.14) faz a seguinte reflexão ao final de seu artigo:

A promessa inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que a acompanhou consistia em promover políticas emancipatórias para as pessoas que aspiravam a construção de uma sociedade mais justa. No entanto, podemos perguntar, quando se trata de abordar as questões sociais importantes do nosso tempo, o que se perde quando os projetos interseccionais contemporâneos de conhecimento falham em incorporar um ethos de justiça social?

Logo, torna-se importante fazer uma análise de toda a trajetória das mulheres negras e todos os desafios enfrentados por elas para que se tenha uma sociedade mais justa e igual, de modo que todo esse trajeto não se perca na atual sociedade, isto é, que continue em prol do coletivo e não somente do individual.

Assim como Patricia Hill Collins apresentou e ainda apresenta contribuições valiosas sobre a interseccionalidade e o feminismo negro tem-se também a autora Kimberlé Crenshaw que em seu trabalho comenta como foram os diversos desafios enfrentados por ela na academia, por ser mulher e negra, no caso a autora sofreu o preconceito de gênero e dedicou vários trabalhos voltados a essa temática.

Theophilo, Rattner e Pereira (2018, p. 3505) realizaram um trabalho acerca da discriminação racial no sistema de saúde e afirmaram que: “mulheres de raça/cor preta/parda aparecem em piores condições nas características socioeconômicas, na assistência ao pré-natal e ao parto, em todas as variáveis estudadas, menos para agressão no parto e pagamento suplementar”. E ainda para os autores tem-se que o Brasil ainda passa por um movimento contínuo de exclusões sociais da população negra, marcado pelo ideal de embranquecimento e por políticas que marcaram este grupo populacional como desigual, na pesquisa realizada pelos autores por meio de documentos e questionários foi possível verificar que existe maior vulnerabilidade das mulheres pretas/pardas, expressa nas condições socioeconômicas desfavoráveis, na maior frequência de mães adolescentes e na assistência à saúde.

Pode-se afirmar, baseado neste trabalho que, novamente nota-se que na sociedade atual ainda há a existência de interseccionalidade, sexismo, diferença de classe enraizada e que medidas devem ser tomadas para que haja igualdade e equidade. Trabalhos como estes e muitos outros devem ser sempre discutidos e apresentados, de modo que a sociedade reflita e que os governantes apoiem mais esta questão.

Num contexto similar, o trabalho de Leal *et al.* (2017, p.2) afirma que:

Ao longo das últimas décadas, vem sendo produzido um expressivo conjunto de evidências que aponta para importantes disparidades raciais no Brasil nas mais diversas dimensões da vida social, incluindo educação, emprego e condições de moradia.

O trabalho realizado pelos autores abordou as iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil, sendo possível identificar disparidades raciais no processo de atenção à gestação e ao parto evidenciando um gradiente de pior para melhor cuidado entre mulheres pretas, pardas e brancas. Os autores ainda afirmam que existem poucas pesquisas sobre as questões das influências da raça/cor no tocante à experiência de gestação e parto foram conduzidas no Brasil e Werneck (2016) também comenta que pesquisas nesta área são inexpressivas e que a produção de conhecimento científico desta temática não estão participando do currículo dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação em saúde, logo pesquisas nesta área atualmente podem ser justificadas, visto ser uma área de grande importância social, o que justifica a apresentação e discussão da presente sessão.

Leal *et al.* (2017, p.14) propõe que:

[...] é fundamental ampliar o debate e a conscientização com propósito de identificação e enfrentamento das práticas que potencialmente resultam nas iniquidades verificadas, o que necessariamente passará por medidas educativas voltadas aos profissionais dos serviços de saúde.

Dentro deste contexto Werneck (2016, p. 535) expõe que:

As reivindicações da população negra e de movimentos sociais – especialmente o Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro – por mais e melhor acesso ao sistema de saúde participaram da esfera pública ao longo dos vários períodos da história das mobilizações negras, principalmente no período pós-abolição, e se intensificaram na segunda metade do século XX, com forte expressão nos movimentos populares de saúde, chegando a participar dos processos que geraram a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde. No entanto, é possível verificar que essa presença, apesar de ter contribuído para a concepção de um sistema universal de saúde com integralidade, equidade e participação social, não foi suficiente para inserir, no novo Sistema, mecanismos explícitos de superação das barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde, particularmente aquelas interpostas pelo racismo.

Logo é possível verificar, novamente, que trata-se de um tema indispensável de ser estudado, analisado e apresentado para a sociedade e governantes, de modo a mudar a atual situação e desconstruir tais preconceitos e paradigmas.

Discussões e Reflexões

Ao se analisar e discutir as significações presentes na literatura acerca da intelectualidade da mulher negra, de início, bastaria apenas agrupar a compreensão de “ser negra” com a de “ser intelectual”, compreensões essas que se encontram presentes para exibir o entendimento de intelectualidade negra.

Entretanto, essa não se trata de uma ação tão fácil. De fato, trata-se de uma atividade bem complexa e desafiadora, pois, para procurar significações, torna-se necessário que se valha de diversos campos de estudo, como a educação, por exemplo. De tal modo, ressalta-se que consultar a literatura não constitui apropriar-se de toda a literatura já produzida.

Apropriar-se de conhecimentos, até mesmo daqueles que os marginalizaram e marginalizam, trata-se igualmente de um trabalho do(a) negro(a) intelectual. Apropriar-se, aqui, é no sentido de tomar conhecimento, entender, interpretar, reelaborar, questionar, obtemperar e produzir novos conhecimentos.

Do mesmo modo, apropriar-se para pô-los a serviço dos marginalizados pelas sociedades, entretanto, com a finalidade de valorizar, fortalecer, humanizar, criar condições e expectativas de vida, visando assim irromper com os conhecimentos gerados para massacrar, desumanizar, depauperar, embranquecer, dentre outras inúmeras atrocidades.

Frente a batalha contra a escravidão, bem como a colonização, até nos dias atuais, isto se mostra constante, mas, tomando novos formatos, onde a intelectual negra agora tem sua responsabilidade, precisando organizar seu esforço com o de libertação de todos os negros oprimidos, arguindo a benefício de sua dignidade, e verdade e reconhecimento.

As batalhas contra a escravidão, colonização e marginalização do povo negro fizeram com que diversas mulheres negras não regulassem esforços para aportar-se nos quilombos. Quilombo, aqui, segundo a ideia de Nascimento (1977, p. 94), pode ser visto como um “aparelho ideológico contra as maneiras de opressão”. Portanto, sua mística, ou seja, sua essência, manteve “o sonho de liberdade” dos escravizados”.

Deste modo, o quilombo, conforme a autora supracitada, advém de uma instituição em si, para um emblema de resistência, essencialmente visto como uma manifestação reativa ao colonialismo. Entende-se que o quilombo adveio a ser unívoco de povo negro, unívoco de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade.

Deste modo, hoje, tem-se percebíveis as dessemelhantes definições sobre a expressão “negros(as) intelectuais”. Tratam-se de indivíduos que advieram por instituições escolares e acadêmicas, porém, são igualmente indivíduos sem escolarização; são indivíduos apropriados de representar aspirações comuns as mulheres negras, organizar e juntar grupos. Tratam-se de mulheres convencidas da existência de uma ética antirracista, complementares do movimento social negro; que pensam, atuam e lançam conhecimento em prol de outras mulheres negras.

Do mesmo modo, são acadêmicas que discutem os conhecimentos e os direitos pretensamente universais, através da produção, reflexão e intervenção, pautando o *ethos* étnico-racial com o *ethos* acadêmico-científico, discutindo e trazendo novos conceitos, categorias, teorias e métodos em vinculação com a população negra.

E finalmente, tratam-se de negras Intelectuais, como Lélia Gonzalez, que em suas obras, trabalhava uma perspectiva interseccional, especificamente em sua análise dos discursos sobre as mulheres negras na construção e manutenção do mito da democracia racial no Brasil. Sua abordagem relaciona raça, classe e gênero, trazendo reflexões sobre a sociedade brasileira e o mito da estrutura simbolicamente: o da democracia racial a partir da figura da mulher negra.

Gonzalez (1984, p. 77) articula o marxismo interdisciplinar e a psicanálise por meio das ciências sociais e da história, chegando a sua tese sobre o racismo como uma “neurose cultural brasileira já enraizada na sociedade”. Assim, ao retomar o pensamento desta autora, percebe-se sua urgência e atualidade para os estudos feministas, sobretudo no campo da educação.

Pois, a educação trata-se do campo ao qual intelectualidade negra se mostra mais visível, tendo uma produção ascensionária nas últimas décadas. Não se tem ainda um balanço acerca dessa intelectualidade, bem como o seu impacto na produção no campo científico do Brasil.

Assim, ressalta-se que é nesta conjuntura de ebulição do pensamento crítico – que procura por categorias e pressão dos movimentos sociais, que surgem as categorias de interseccionalidade. Autoras como Lélia Gonzalez tornaram estas categorias conhecidas e adequadas para estudos referentes ao feminismo e gênero (GONZALEZ, 1984).

Tem-se uma visível negação de se entender enquanto uma sociedade hierárquica e racista. Somente ao tomar consciência desta estrutura inconsciente, que conserva a dicotomia de dominantes e dominados, que a população negra e, notadamente, feminina negra, pode então vir a lutar e irromper com esta estrutura. Com isto, refletir e entender a sociedade brasileira, trata-se de refletir inicialmente de sua africanidade, latinidade e indianidade, bem como o feminismo (GONZALEZ, 1984).

Com a “Amefricanidade” de Lélia Gonzalez, foi possível ter um impulso teórico para as análises e interpretações críticas embasadas em um ponto de vista afrocêntrico, propiciando assim uma ferramenta metodológica com base nas diversas experiências histórico-culturais dos negros(a) nas américas.

Portanto, observa-se que a análise de Lélia Gonzalez, articulando as categorias de raça, classe e gênero, acontece bem antes da efervescência destas noções, nas quais pode-se condizer os estudos da citada autora como dentro da abordagem e da área de estudo da interseccionalidades.

Considerações Finais

Concluiu-se que a temática étnico-racial vem localizando maior recinto na produção científica nacional, especialmente nas ciências humanas. A urgência de uma intelectualidade negra com a formação de pesquisadores(as) negros(as) com maior engajamento, vem colaborando para um novo espectro das relações raciais no país através da produção científica.

Constatou-se que, dentro das ciências humanas, estas intelectuais aqui analisadas vêm tendo uma participação expressiva, auxiliando na constituição de um novo pensamento social e servindo de inspiração em espaços para a discussão acerca do racismo estrutural. As melhorias na área da educação, deste modo, se mostram aparentes no campo institucional através de documentos oficiais que estabelecem e guiam os fundamentos para uma educação sobre relações étnico-raciais.

No entanto, embora os progressos obtidos, a questão que se põe aqui é se as alterações acontecidas no campo acadêmico nacional com a inclusão de dessemelhantes grupos étnicos,

onde particularmente a formação de uma intelectualidade negra se mostra aceitável para concretizar mudanças intensas na estrutura de dominação racial que ainda continua no país.

Também, nota-se uma carência de debates mais intensos acerca das probabilidades da constituição de um conhecimento contra-hegônico por parte da intelectualidade negra na área educacional, dentro ou fora das instituições de Ensino. O fato de haver pesquisadores(as) negros(as) nestas instituições se mostra imprescindível, contudo, não assegura uma produção de conhecimento contra-hegônico na batalha contra o racismo e as desigualdades sociorraciais.

Portanto, vale observar que as universidades são espaços de produção e transmissão do conhecimento científico hegemônico, em que o racismo – em sua extensão ideológica – é disseminado por todo o planeta. Além do mais, o racismo se encontra espalhado por todo o canto, nenhum canto do Mundo se encontra livre dele. Entretanto, ele não é idêntico em toda circunstância, necessitando então ser abordado dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

Por meio do presente trabalho foi possível mostrar a importância de se conhecer melhor a interseccionalidade, as implicações da diferença de gênero, bem como de classe social na atual sociedade e associar esses três fatores com as mulheres, principalmente as mulheres negras. O trabalho foi de natureza básica com abordagem qualitativa sendo que sua elaboração foi possível por meio de pesquisa bibliográfica, onde foram sumarizados vários trabalhos acadêmicos voltados para a temática estudada.

Foi possível realizar um levantamento histórico por meio das autoras González, Collins e Crenshaw, as quais dedicaram por estudar e analisar os enfrentamentos das mulheres negras na sociedade. Podendo-se afirmar que desde os tempos da colonização comprova-se a existência da discriminação interseccional que oprime e tenta anular as existências das origens de outro indivíduo. Além disso, a presença de estereótipos vem a prejudicar as mulheres negras, de modo a estarem em muitas situações de alguma forma sendo coagida ou discriminada, seja por ser negra, seja por ser mulher, logo pode-se dizer que muitas mulheres sofrem discriminação em maior ou menor grau, porém o desafio das mulheres negras é ainda maior.

Por meio do presente artigo pode-se mostrar também a questão do posicionamento das mulheres no mercado de trabalho e na academia e que, em ambos os casos, acabam sendo oprimidas e se distanciando de cargos, por terem ideias que não se enquadram na sociedade branca, dentro deste contexto Collins afirma que é preciso ter uma conscientização da força da mulher negra e que todo o processo seja enfrentado em prol do coletivo, buscando uma

sociedade mais justa e que deve-se buscar o bem coletivo e não somente o individual, somente assim toda a evolução histórica das mulheres negras continuam e fazem sentido.

Além disso, foi apresentado alguns artigos, mostrando se há ou não a questão da discriminação racial em relação ao atendimento de saúde e se há atualmente esforços de pesquisa nesta área, sendo possível verificar que ainda existe a questão da diferença racial no atendimento e que existe poucos trabalhos na área da saúde e atendimento de mulheres negras. Ressaltando que, trabalhos deste cunho são extremamente importantes para a sociedade.

Ainda este trabalho apresentou como está sendo o ordenamento jurídico em relação as questões de interseccionalidade e diferença de gênero, podendo-se afirmar que ainda faltam esforços nesta área.

Logo, se faz necessário reforçar políticas públicas e o direito das mulheres negras, de modo a se ter uma sociedade mais justa e igualitária, para todos.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

CARDOSO, C. P. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez.** Rev. Estud. Fem.; vol. 22, nº 03, 2014.

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Parágrafo, nº 01, 2017.

CRENSHAW, K. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** Ação Educativa: 2012.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres.** Rio de Janeiro: Malê, 2016.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº92/93, 1988.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-latino-Americano.** Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino, nº1. Batalha de Ideias, 2011.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje. São Paulo, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Igualdade no trabalho: enfrentando os desafios**. Suplemento Nacional – Brasil. OIT, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em 05 de fevereiro de 2021.

JESUS, C. M de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 8ª ed. 13ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2005.

LEAL, Maria do Carmo et al . A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 33, supl. 1, e00078816, 2017 .

MENDES, A. A. E.; MILANI, M. L. **Inserção da Mulher Negra Brasileira no Mercado de Trabalho no Período de 1980 – 2010**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 7, n. 2, p.178-194, 2016.

NASCIMENTO, M. B. **Nossa democracia racial**. Revista Isto É. 1977.

OLIVEIRA, L. A., & OLIVEIRA, E. L. **A mulher no mercado de trabalho: Algumas reflexões**. Revista Refaf Multidisciplinar, 8(1), 17-27, 2019. Recuperado de <http://refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/287/pdf>

PEREIRA, B. C. J. **Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica contra mulheres negras**. Brasília: Brado Negro, 2016.

PEREIRA, Melo Ariana; SILVA, Bruno Daniel. **Relação do estereótipo racial e de gênero: A atuação da mulher negra no mercado de trabalho contábil**. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7434/1/Ariana%20Melo%20Pereira%20->

RIOS, RR & SILVA, R. **Discriminação múltipla e discriminação interseccional: insumos da Lei do Feminismo Negro e Antidiscriminação**. Rev Bras Ciência Política 16, 11–37, 2015.

SHALHOUB, S; PINTO, A. F. M. **Pensadores negros – pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

THEOPHILO, R. L.; RATTNER, D. ; PEREIRA, E. L. . **Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa**. Ciencia & Saude Coletiva, v. 23, p. 3505-3516, 2018.

VIGOYA, Mara Viveros. *La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual*, Careaga, Gloria. *Memorias del 1er. Encuentro Latinoamericano y del Caribe La sexualidad frente a la sociedad*. México, D.F., 2008.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde e Sociedade [online]. 2016, v. 25, n. 3 [Acessado 19 Fevereiro 2021] , pp. 535-549.